



## **Cooperativas de Economia Solidária: Organizações que Comunicam com Solidariedade?<sup>1</sup>**

Caroline Delevati COLPO<sup>2</sup>  
Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS  
Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, RS

### **RESUMO**

Esta reflexão desenvolve-se com base no Paradigma da Complexidade proposto por Morin para que se compreenda as partes e o todo sem distingui-los. Aborda-se a economia solidária (parte) como uma forma alternativa de se fazer economia integrada ao processo capitalista vigente (todo), apoiando-se no contexto da economia social. Assume-se as cooperativas de economia solidária como organizações capazes de realizar a sua autogestão. Os grupos que compõem as cooperativas efetivam um processo de comunicação entre si (parte) e com outros sistemas organizacionais que os rodeiam (todo). O processo de comunicação é compreendido pelos conceitos de Wolton (2004, 2010) que permitem entender a comunicação realizada pelos laços sociais, podendo ou não, comunicar o princípio da solidariedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** economia solidária; comunicação; comunicação organizacional; solidariedade; complexidade.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professora do Curso de Comunicação Social da Universidade Feevale e Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Comunicação Social da PUC/ RS, email: carolinecolpo@gmail.com.



## Contextualizando a reflexão

O Paradigma da Complexidade revela-se como um método proposto capaz de questionar o fechamento ideológico e paradigmático utilizado pelas ciências científicas e mostra-se como multidimensional<sup>3</sup> e solidário. Morin (2000) descreve o pensamento complexo como algo que originariamente se tece junto, um pensamento que se desenvolve sem limites disciplinares, buscando distinguir (mas não separar) e ligar, afirmando que só é possível gerar conhecimento se puder conhecer as partes que integram o todo, e que se pode conhecer o todo se conhecer as partes que o compõem.

Três princípios, sugeridos por Morin (1991) ajudam a entender o pensamento complexo: o princípio dialógico<sup>4</sup> permite manter a dualidade no seio da unidade, associa dois termos ao mesmo tempo complementares e antagônicos; o princípio recursivo<sup>5</sup> é um processo em que os produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores daquilo que os produziu, o sujeito é simultaneamente produzido e produtor rompendo a ideia linear de causa/efeito, de produto/produtor, de estrutura/superestrutura, uma vez que tudo o que é produzido volta sobre o que produziu num ciclo ele mesmo auto-constitutivo, auto-organizador e auto-produtor; e por fim o princípio hologramático<sup>6</sup> no qual não apenas a parte está no todo, mas o todo está na parte. Estes três princípios, aparentemente paradoxal, imobilizam o espírito linear do desenvolvimento do pensamento.

Na lógica recursiva, sabe-se muito bem que o que se adquire como conhecimento das partes regressa sobre o todo. O que se aprende sobre as qualidades emergentes do todo que não existe sem organização, regressa sobre as partes. Então pode enriquecer-se o conhecimento das partes pelo todo e do todo pelas partes, num mesmo movimento produtor de conhecimentos. Portanto a ideia hologramática está ligada à ideia recursiva, que por sua vez está ligada à ideia dialógica em parte. (MORIN, 1991, p. 90)

Esta reflexão busca o entendimento da comunicação organizacional como um todo, tendo como parte, a comunicação das cooperativas de economia solidária. Não se

---

<sup>3</sup> A consciência multidimensional conduz a ideia que qualquer visão unidimensional e especializada é pobre. É preciso que esteja ligada a outras dimensões de saber pela solidariedade (Morin, 1991).

<sup>4</sup> Como exemplo a ordem e a desordem podem ser concebidos em termos dialógicos. A ordem e a desordem são dois inimigos: um suprime o outro, mas ao mesmo tempo, em certos casos, colaboram e produzem organização e complexidade (MORIN, 1991).

<sup>5</sup> Como exemplo a reprodução humana: o sujeito é produto de um processo de reprodução que é anterior a ele, mas uma vez produzido torna-se o novo produtor do processo que vai continuar (MORIN, 1991).

<sup>6</sup> Como exemplo cada célula de um organismo contém a totalidade da informação genética deste organismo. (MORIN, 1991).



pretende separar e distinguir esta forma alternativa de se fazer economia<sup>7</sup> do processo capitalista vigente, mas se busca compreender as cooperativas de economia solidária como organizações capazes, ou não, de comunicar o princípio da solidariedade como parte integrante de um sistema capitalista, tecendo conjuntamente o processo econômico e o processo social.

### **Da economia social para a economia solidária**

Neste texto a discussão sobre economia ficará centrada nos autores que a entendem como um processo mais amplo do que simplesmente auto regulado pelo mercado<sup>8</sup>, visualizando-a também como um processo social com reflexos diretos nas condições culturais e políticas de sociedade. Polanyi (2000) apresenta uma reflexão do processo econômico na qual o liberalismo<sup>9</sup> interpretou mal a história da Revolução Industrial no momento em que insistiu em julgar os acontecimentos sociais a partir de um ponto de vista apenas econômico. Para este autor

Revolução Industrial foi apenas o começo de uma revolução tão extrema e radical quanto as que sempre inflamavam as mentes dos sectários, porém o novo credo era totalmente materialista, e acreditava que todos os problemas humanos poderiam ser resolvidos com o dado de uma quantidade ilimitada de bens materiais. (POLANYI, 2000, p. 58)

Reforça-se a ideia do autor na qual não se pode pensar a economia regulada unicamente pelas lógicas de mercado e interesses materiais, mas também como um processo social. O homem foi o grande agente da Revolução Industrial que por sua vez teve como consequência grandes transformações econômicas. Polanyi (2000) alerta para que a descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. O homem não age para salvaguardar apenas seus interesses individuais na posse de bens materiais, mas age, também, para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais e seu patrimônio social. Os bens materiais são valorizados na medida em que servem para os propósitos individuais. Nem o processo de produção de bens materiais, nem o processo de distribuição destes, estão ligados apenas a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo deste processo esta atrelado a

---

<sup>7</sup> Entende-se a economia solidária

<sup>8</sup> Uma economia de mercado operando tão-somente de acordo com a lei da oferta e da procura.

<sup>9</sup> Liberalismo pode ser definido como um conjunto de princípios e teorias políticas, que apresenta como ponto principal a defesa da liberdade política e econômica. Neste sentido, os liberais são contrários ao forte controle do Estado na economia e na vida das pessoas (SANTOS, 2005).



interesses sociais. É natural que estes interesses sejam diversos numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa sociedade ampla e arbitrária, mas, tanto numa quanto noutra o sistema econômico será dirigido primeiramente por motivações sociais e manutenção dos laços sociais.

Percebe-se no processo estabelecido pelo homem, entre economia e seus laços sociais, uma relação complexa. Em alguns momentos torna-se uma relação complementar, em outros concorrentes, mas como instâncias necessárias agindo em conjunto para a existência, o funcionamento, e o desenvolvimento da sociedade.

A dialógica economia auto-regulada e relações sociais abalam significativamente as relações de trabalho e ocasiona uma crise na forma como os postos de trabalho estão sendo ocupados no mundo. Não se refuta nesta reflexão a auto-regulamentação do mercado, pois esta existe e movimenta o sistema global de capital, mas se alerta para alguns de seus efeitos nefastos uma vez em que exclui as relações sociais e considera o trabalhador como produto. Polanyi (2000) analisa o impacto destrutivo do sistema econômico auto-regulado, centrando-se na transformação do trabalho e da terra em mercadorias. Na forma de produção capitalista principalmente industrial, tanto o trabalho (seres humanos) como a terra (o ambiente natural) são comprados e vendidos, usados e destruídos, como se fossem meras mercadorias, apesar de não serem, de forma alguma, produtos de indústria, comércio ou outra forma qualquer de trocas.

De fato, é no quadro atual de crise do trabalho assalariado que os estudiosos começaram a detectar, desde os anos de 1990, um conjunto de movimentos<sup>10</sup> liderados por trabalhadores que perderam seus empregos e que não conseguiram se reinserir no mercado de trabalho ou, ainda, por aqueles que sempre viveram na informalidade. Formam cooperativas de trabalho, de produção e de associações de trabalhadores com pretensão a uma autogestão. Tais experiências vêm sendo reconhecidas sob o nome de economia solidária.

O próprio conceito de economia solidária já é em si objeto de controvérsia teórica na medida em que emprega duas imprecisões: uma por supor segmentos

---

<sup>10</sup> Os movimentos populares têm sua gênese em movimentos reivindicatórios e libertários na luta em prol da vida, da justiça social e da pessoa humana. Polanyi (2000) aponta para a década de 1960 e 1970, quando emergiram muitos movimentos sociais, nomeadamente movimentos pelos direitos civis, movimentos de mulheres, movimentos pela paz e movimentos ecológicos. Alguns sociólogos sugeriram que o que acontecia era a auto-organização da sociedade civil, em resistência ao poder burocrático exercido tanto pelos Estados como pelas grandes empresas privadas. Naquele período, muitos ativistas e alguns pensadores políticos estavam, de fato, convencidos que os movimentos sociais eram agentes de reforma que conseguiriam transformar e humanizar a sociedade moderna.

diferenciados e autônomos de economia e que se articula paralela a uma lógica capitalista, e o segundo pela necessidade de se articular dentro de uma lógica capitalista preservando e mantendo o princípio da solidariedade que por sua vez traz a tona uma discussão ética e antropológica. Para Singer,

A economia solidária é o projeto que, em inúmeros países há dois séculos, trabalhadores vêm ensaiando na prática e pensadores socialistas vêm estudando, sistematizando e propagando. Os resultados históricos deste projeto em construção podem ser sistematizados do seguinte modo: 1) homens e mulheres vitimados pelo capital organizam-se como produtores associados tendo em vista não só ganhar a vida, mas reintegrar-se à divisão do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas; 2) pequenos produtores de mercadorias, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender em conjunto, visando economias de escala e passam eventualmente a criar empresas de produção socializada, de propriedade deles; 3) assalariados se associam para adquirir em conjunto bens e serviços de consumo, visando ganhos de escala e melhor qualidade de vida; 4) pequenos produtores e assalariados se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos e eventualmente financiar empreendimentos solidários; 5) os mesmos criam também associações mútuas de seguros, cooperativas de habitação etc. (2000, p. 14).

Singer (2000) interpreta o ressurgimento das cooperativas de economia solidária como um resultado da crise do trabalho assalariado. Apesar de toda a sua convicção recair sobre um entendimento com base nas lógicas e teorias socialistas, o autor, não nega o processo capitalista vigente, e entende que as cooperativas passam a ser um modelo de organização democrática e igualitária que contrasta com modelos hierárquicos existentes. Segundo ele,

A economia solidária não é criação intelectual de alguém, embora os grandes autores socialistas denominados utópicos da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon etc.) tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento, a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda a sua evolução. (SINGER, 2002, p. 13)

Laville e França (2004), que se dedicam há anos a estudar o tema de economia solidária, percebem as cooperativas de economia solidária contemporâneas como um processo do próprio sistema capitalista, como sendo uma proliferação autônoma de grupos organizados da sociedade que tem como intuito a produção de atividades econômicas de modo distinto do praticado pelo mercado auto-regulador, mas que de certa forma acontece dentro deste mercado.

Para Laville e França (2004) vive-se hoje uma sociedade em que a lógica predominante é mercantil, uma sociedade em que os espaços de valores ocupam a centralidade da vida das pessoas, extrapolando a esfera econômica e invadindo a sua



conjuntura social, política e cultural, mas acima de tudo ocupando um espaço da subjetividade do ser humano. Com a esfera capitalista da modernidade a economia automatiza a sociedade e regula quase todas as esferas da vida dos sujeitos e assume uma importância significativa na atualidade. Pensa-se a economia como sinônimo exclusivo de trocas mercantil, como se fosse impossível conceber a economia de outra forma. Os sujeitos que vivem esta troca mercantil constroem suas identidades a partir, sobretudo, do trabalho, ou de uma atividade remunerada que lhe dá condições de manter certa estabilidade econômica e inclusão em certos padrões sociais e culturais exigidos por esta sociedade mercantil.

Será que a economia entendida em seu sentido amplo, ou seja, como conjunto das atividades que contribuem para a produção e distribuição de riquezas, pode resumir-se ao circuito clássico das trocas constituídos pelas esferas do Estado e do mercado nas sociedades contemporâneas? Para além do mercado e do Estado, será que a própria sociedade não tem nada a dizer em termos de criação e distribuição de riquezas ou de um outro modo de fazer economia? (LAVILLE e FRANÇA, 2004 p. 15)

Tanto pela visão de Singer como de Laville e França, admite-se, assim, outra forma de fazer economia a partir da organização de grupos baseadas fortemente em relações, não apenas, monetárias, mas criando seu próprio circuito de produção e consumo. Surge de forma resignificada, na contemporaneidade a economia solidária. Resignificada, pois vários grupos sociais (re)organizaram-se para a sua própria produção sem separar a esfera econômica das dimensões sociais, políticas e culturais. De fato a modernidade capitalista, com o seu mercado auto-regulado, segrega, muitas vezes, a dimensão economia das demais dimensões da vida humana. Neste sentido a economia solidária busca recolocar o indivíduo com sua subjetividade, na esfera econômica. Embora com características e peculiaridades em diferentes partes do mundo, os grupos organizados proliferam suas formas de produção e consumo em diferentes regiões e países, mas com base nos princípios da solidariedade<sup>11</sup>.

A solidariedade esta incorporada no dia-a-dia dos indivíduos das cooperativas de economia solidária e as atividades econômicas acabam sendo o meio para seus objetivos e não o fim de seu trabalho. O fim passa a ser o social e o cultural baseado na qualidade de vida e dignidade do trabalho. Para que a economia englobe a subjetividade do sujeito que a produz, sendo este um sujeito plural, precisa também que a economia seja plural

---

<sup>11</sup> A ideia principal é a de que a solidariedade pode ser um elemento integrador, um elo social fundador de uma economia fraterna e solidária (LAVILLE, <http://www.caritas.pt/cr/noticias> em 14/12/2010). Entende-se, também como dependência mútua constante, que não se acaba com uma ação isolada, mas como um laço social constituído.



em uma dinâmica de reciprocidade e redistribuição baseada pelo princípio da interação. O termo solidariedade vem sendo muito utilizado por pesquisadores como o conceito de elo de integração entre os indivíduos nas sociedades democráticas, é este laço social integrador que une cidadãos livres e iguais nos processos democráticos. As formas de integração pela solidariedade na sociedade unem em objetivos comuns os indivíduos.

Esta integração nas atividades econômicas solidárias pode desempenhar uma função de construção de uma comunidade. A produção, a uma escala reduzida, de comida, de roupas e de mobiliário, em casa ou numa base cooperativa, entre amigos e vizinhos, e a prestação de serviços por grupos de apoio à comunidade podem facultar às pessoas muitos dos bens essenciais ao seu bem-estar material e, ao mesmo tempo, podem criar uma cultura de solidariedade.

Neste sentido, muitos movimentos populares se organizam em forma de cooperativas de economia solidária. Tendo como base o princípio da solidariedade, saem da informalidade, se auto-regulam e por terem um sistema de autogestão acabam por se configurar como organizações. É preciso, portanto, entender as organizações e suas dinâmicas para então compreender a dinâmica das cooperativas de economia solidária. Para isto, é considerável que, embora buscando formas de definição de interesses, as formas de ação coletiva, as formas de representação política e de empoderamento, as cooperativas de economia solidária acabam por definir um sistema de autogestão<sup>12</sup> organizacional.

Costa e Carrion (2009) assumem esta visão afirmando que entre diferentes comportamentos econômicos, a necessidade de construção de um referencial analítico apropriado para o estudo das economias solidárias dentro do campo dos estudos organizacionais exige, conseqüentemente, o alargamento deste campo, de modo a incorporar novas noções capazes de captarem, explicarem e avaliarem essa natureza de organização. Ou seja, a implicação direta de se aceitar, para o campo dos estudos organizacionais, o reconhecimento da economia solidária como um fato organizacional empírico, o qual ao mesmo tempo em que guarda similaridades e distanciamentos com outras formas já reconhecidas de organização, apresenta também uma singularidade que requer a construção de um referencial teórico específico, de caráter interdisciplinar e em

---

<sup>12</sup> Para autogestão Lapassade (1989) propõe um sistema de organização e produção da vida social na qual a organização e gestão deixam de ser propriedade privada de alguns para tornar-se propriedade coletiva. Segundo o autor hoje em dia há duas concepções de autogestão: - define-se autogestão em termos econômicos e administrativos e situa-se ao nível das estruturas de poder. - na segunda definição os psicossociólogos complementam a visão oficial sugerindo que autogestão supõe também motivações e decisões coletivas e tem raízes na vida afetiva e na cultura dos grupos.



permanente diálogo e negociação com as noções e conceitos já estabelecidos no campo dos estudos organizacionais.

### **As cooperativas de economia solidária como organizações e grupos solidários**

Considerando a economia solidária como um movimento social e coletivo na busca de alternativas para melhores condições de vida percebe-se que quando estes movimentos sociais se constituem em forma de cooperativas ou associações pode se identificar as cooperativas de economia solidária assumindo características de organizações, responsáveis pelo seu sistema de gestão. Com isto, faz-se necessário a compreensão do conceito organização.

Morin (1991) entende a organização como um sistema vivo que se constitui de partes interdependentes entre si, que interagem e transformam-se, mutuamente no todo. A noção de organização não pode ser redutora, analítica, mecanicista, mas necessita ser percebida como viva capaz de transformar e ser transformada, através das relações que estabelece com a sociedade.

Lapassade (1989) define organizações com pelo menos dois significados. Por um lado designa um ato organizador que é exercido pelos sujeitos, como por exemplo, a organização de processos administrativos ou o ato e efeito de organizar, que pode ser uma das funções da administração. Por outro lado o autor define Organização<sup>13</sup> referente às realidades sociais ou a organização de uma coletividade instituída com vistas a objetivos definidos. Pode ser entendido como a combinação de esforços para atingir propósitos coletivos, como uma entidade social em busca de interesses coletivos ou ainda como um agrupamento planejado de pessoas que desempenham funções e trabalham, conjuntamente, para atingir objetivos comuns. Com base no entendimento de Morin (1991) e na segunda definição de Organização sugerida por Lapassade (1989) que este trabalho se apóia.

A Organização passa a ser considerada como uma comunidade expressiva repleta de significados que não podem ser compreendidos por uma análise linear e racional. A cultura nas Organizações necessita ser tratada como um processo de construção da realidade organizacional, na qual os sujeitos colocam em constante

---

<sup>13</sup> A partir deste momento quando se cita “organização” no sentido de coletividade com objetivos constituídos escrever-se-á Organização. Para os demais sentidos escrever-se-á organização.





interação a sua cultura com a cultura da Organização que passa a ser vista como lugar de desejos, frustrações, realizações, humanizações e cooptações.

É necessário considerar que nas Organizações existem grupos com relações afetivas, com ligações em torno de interesses comuns, por vezes até contrários aos interesses das Organizações. Pela existência da divisão do trabalho<sup>14</sup> no contexto organizacional, os grupos estruturam-se segundo interesses próprios, nos quais vivenciam sentimentos de partilhas, solidariedade e luta comum. Em um grupo, geralmente, há a distribuição de tarefas e a escolha de responsáveis para assumir determinadas funções, ou seja, o grupo humano se organiza, cria algumas normatizações e formas de funcionamento e pode constituir-se como Organização. Neste caso, alguns grupos podem constituir-se Organizações dentro de Organizações. Para Lapassade,

um grupo é constituído por um conjunto de pessoas em relação umas com as outras e que uniram por diversas razões: a vida familiar, uma atividade cultural ou profissional, política ou esportiva, a amizade ou a religião...ora todos estes grupos (...) parecem funcionar segundo processos que lhe são comuns, mas que não se tem costume de observar espontaneamente. Nós vivemos em grupos sem tomar necessariamente consciência das leis de seu funcionamento interno”. (1989, p. 65)

Uma vez em que os grupos se unem em torno daquilo que lhes é comum, pode-se apontar para um grupo como um sistema de forças. Estes sistemas de forças podem ser de desenvolvimento que impulsiona o grupo para os fins que ele se atribui, ou um sistema de forças de coesão que motivam os membros a permanecerem unidos em grupos (LAPASSADE, 1989). A coesão e o desenvolvimento dos grupos reduzem a individualidade dos sujeitos e a relação sujeito/Organização/sociedade (re)constroem-se constantemente a partir dos grupos que os sujeitos estão incluídos.

Os vínculos entre indivíduos de uma sociedade animal, como os das células de um organismo, não são apenas de comunicação segundo um código comum, comportam também uma dimensão comunitária, isto é de inclusão dos seres num circuito transubjetivo (MORIN, 2002, p. 194).

Entretanto, Morin (2002) alerta para o antagonismo do processo de inclusão, no qual o princípio de exclusão não está eliminado. Dito de outra forma, todo o indivíduo comporta o princípio da inclusão que o inscreve dentro de uma comunidade, ou de um grupo. Porém, paralelo a inclusão está a exclusão, no qual cada sujeito é portador, também, do princípio de exclusão de outrem, mesmo que seja integrante do mesmo grupo. Esta exclusão do outro (mesmo sendo seu parceiro) acontece pela necessidade da sua inclusão no seu lugar de sujeito na comunidade ou no grupo que integra.

---

<sup>14</sup> Resultado de uma economia auto-regulada



Nos vertebrados, o parceiro social surge simultânea e alternadamente como incluído e como excluído, ora irmão, ora congênere, genitor, ora estranho rival oponente. Nas sociedades de mamíferos, desenvolvem-se, simultaneamente, as duas tendências, sendo uma de fraternidade/solidariedade (que predomina face os perigo exterior), a outra, de concorrência/conflito (que predomina para a apropriação do alimento, das fêmeas, da autoridade) (MORIN, 2002, p. 195).

Sob essa perspectiva percebe-se uma relação antagônica, mas também, complementar que se constitui entre o princípio de exclusão e inclusão. No mesmo grupo, na qual a cooperação pode ser constante, a coesão e o desenvolvimento são sistemas de forças, os interesses são comuns a todos do grupo e a solidariedade o princípio guia de todas as ações, pode haver, também, processo de exclusão no qual, cada vez mais, os sujeitos deste grupo procuram ocupar os lugares que consideram seus na Organização excluindo com isto seus parceiros. O antagonismo se consolida pela inclusão no grupo através de laços sociais e pela exclusão do outro através da concorrência, e reforçando o pensamento de Lapassade (1989) este antagonismo é, muitas vezes, inconsciente no grupo.

Isto acontece, em geral, por que dentro de uma mesma Organização há uma pluralidade de sujeitos. Cada um destes sujeitos é ao mesmo tempo singular e universal. De acordo com Freitas (2000, p. 87) “somos ao mesmo tempo um individual e um coletivo, um sozinho e uma multidão, um ninguém e um todo-mundo, que se apresenta e representa nas relações múltiplas do cotidiano” sendo capaz de incluir e excluir ao mesmo tempo. Mesmo sendo individual e/ou coletivo, mesmo agindo na instância grupal e/ou individual, nas relações sociais ou nas Organizações os sujeitos tornaram-se coadjuvantes do contexto organizacional contemporâneo e o processo evolutivo das Organizações fundamentaram-se na natureza humana. O homem, como ser social, necessita, muitas vezes, do seu semelhante, para satisfazer as suas necessidades e completar-se, o que só é possível mediante uma interação de pessoas que buscam alcançar resultados pela conjugação de esforços. Há a necessidade da cooperação humana para a existência efetiva de uma Organização.

Sendo assim, os sujeitos que se reúnem em grupos para integrar as cooperativas de economia solidária, cada um com suas peculiaridades e seus princípios específicos, se organizam por meio da cooperação, agindo para o fim da Organização, mas também para o seu fim<sup>15</sup>. A cooperativa de economia solidária torna-se uma Organização com

---

<sup>15</sup> Os sujeitos desenvolvem através da cooperativa de economia solidária uma forma alternativa de economia, com base em princípios sociais dentro de uma economia auto-regulada. Com isto acabam gerando também a sua fonte de renda pelas relações de trabalho que estabelecem.



organismos vivos (seres humanos), multifacetados que interagem e produzem sentido com a comunicação estabelecida.

### **A comunicação efetiva a solidariedade?**

Todo o processo de trocas, intercâmbios e interações culturais nas Organizações acontecem por intermédio de processos de comunicação. Segundo Wolton (2004, p.27) “a comunicação é um dos mais brilhantes símbolos do século XX; seu ideal de aproximar os homens, os valores e as culturas, compensa os horrores e as barbaridades de nossa época”. Partindo da premissa do pensamento de Wolton (2004) utiliza-se neste trabalho o entendimento da comunicação por três sentidos da palavra: a comunicação direta, a comunicação técnica e a comunicação social.

Para Wolton (2004) a comunicação direta é, antes de mais nada, uma experiência antropológica, na qual comunicar-se consiste em compartilhar com o outro. Os sujeitos comunicam-se para se construir individualmente e coletivamente. “Não há seres humanos sem sociedade, como não há sociedade sem comunicação” (WOLTON, 2004, p. 30). Em um primeiro momento parece simples este desenvolvimento do pensamento da comunicação, mas o que se afirma aqui é que a comunicação é ao mesmo tempo uma realidade e um modelo cultural, uma vez em que houve diferentes padrões de comunicação interpessoais e coletivos, que se sucederam ao longo de diferentes momentos da história. Toda a comunicação sempre esteve ligada a um padrão cultural estabelecido.

Ou seja, a uma representação do outro, porque comunicar consiste em difundir, mas também interagir com um indivíduo ou uma coletividade. O ato banal da comunicação condensa em realidade a história de uma cultura e de uma sociedade. (WOLTON, 2004, p. 30)

A comunicação pode ser entendida, ainda, como um conjunto de técnicas, substituindo gradativamente a comunicação interpessoal e direta por uma comunicação à distância. A comunicação transcende a forma direta entre duas ou mais pessoas e consolida-se como a comunicação mediatizada pelas técnicas de comunicação. Comunicar-se instantaneamente, através das técnicas disponíveis como telefone, internet, rádio, televisão entre outras, com todos os lugares do mundo, tornou a comunicação uma banalidade para Wolton (2004). O autor afirma que a comunicação técnica é uma das grandes revelações, assim como uma das maiores contradições do século XX.



Enfim, Wolton (2004) entende que a comunicação também “tornou-se uma necessidade social funcional para as economias interdependentes” (2004, p. 31). Desde o momento da abertura econômica e do retomada revigorante do sistema capitalista, tanto para o mercado, como para a diplomacia, as técnicas de comunicação desempenharam um papel objetivo indispensável. “Se tudo é aberto e em interação com uma divisão internacional do trabalho, então os sistemas técnicos, dos computadores às redes e aos satélites, são uma necessidade funcional, sem relação como o modelo de comunicação normativo<sup>16</sup>” (WOLTON, 2004, p. 31).

A palavra comunicação é a mesma, mas com entendimentos diferentes, a comunicação funcional<sup>17</sup> não tem muitas semelhanças como o sentido de comunicação normativa na escala individual ou em pequenos grupos. Mas, as duas formas de comunicação se encontram em cada um dos três níveis da comunicação.

Marcondes Filho (2008) colabora com o pensamento de Wolton (2004, 2010) quando se refere que a comunicação é a palavra da moda, todos falam em comunicar, pessoas comunicam, animais, plantas, sistemas comunicam, no entanto, apesar da presença da comunicação em toda a parte, as pessoas continuam a pensar que não há compartilhamento, não a troca e que seus sentimentos e percepções do mundo são incomunicáveis. O autor reforça que a “sociedade da comunicação é uma sociedade em que a comunicação real vai ficando cada vez mais rara, remota, difícil e vive-se na ilusão da comunicação” (2004, p. 8). Isto acontece por que, apesar de se ter toda a tecnologia da informação a disposição dos processos de comunicação, cada vez mais os sujeitos fecham-se, isolam-se e desenvolvem apenas a comunicação técnica.

Este fenômeno propicia o que Wolton (2004) chama de incomunicação. Com tantas possibilidades de comunicação em um processo de globalização e informação<sup>18</sup> mundial o que acontece é que os receptores acabam selecionando o que querem receber. Assim, pode-se considerar a possibilidade do fracasso na comunicação, principalmente

---

<sup>16</sup> Wolton (2004, p. 32) entende a comunicação normativa como o ideal de comunicar, isto é, a vontade de intercambiar para compartilhar algo em comum. A palavra “norma” não implica um imperativo, mas sim um ideal buscado pelos indivíduos. A vontade de comunicação é mútua e pressupõe a existência de regras, de códigos e símbolos para entrar em contato com os outros.

<sup>17</sup> Wolton (2004, p. 33) entende a comunicação funcional como a necessidade de comunicação das economias e das sociedades abertas, tanto para trocas de bens e serviços como para os fluxos financeiros e econômicos. Neste caso, as regras têm um papel muito mais importante no âmbito de uma eficácia ligada às necessidades e aos interesses.

<sup>18</sup> É necessário neste trabalho diferenciar informação de comunicação. A primeira entende-se como a transmissão de alguma coisa, dando-lhe forma e significado. A segunda entende-se como a relação entre dois ou mais sujeitos, na qual um sujeito informa alguma coisa, dando significado à coisa e o segundo gera seu significante, buscando sempre informar, persuadir ou divertir pela relação (WOLTON, 2010).



pelos seus excessos. É preciso aceitar que o outro nem sempre desenvolve a compreensão necessária para que a comunicação se efetive.

Para a comunicação se concretizar e diminuir as possibilidades de incomunicação é necessário conviver, buscar o outro através da relação. É necessário reforçar e renovar os laços sociais. Wolton (2010) fala de uma comunicação baseada na convivência e no laço social.

Ontem, o laço social dizia respeito às relações entre estruturas sociais e culturais relativamente estáveis. Hoje, é quase o oposto, tudo estando em interação. Os processos de informação e de comunicação contribuem para estruturar, por meio de múltiplas interações, um novo espaço público baseado num vínculo social mais dinâmico e frágil. A valorização do conceito de convivência ajuda a renovar a reflexão sobre a natureza do laço social nas sociedades contemporâneas, nas quais as interações entre protagonistas são mais numerosas e contraditórias. (WOLTON, 2010, p. 25)

O entendimento da comunicação significa, portanto, refletir sobre a necessidade de administrar as diferenças inerentes às sociedades contemporâneas em processo de globalização, assim como a manutenção de um princípio de unidade, tendo em perspectiva a renovação dos aspectos contemporâneos dos laços sociais. Hoje, os laços sociais mantêm ligados numa sociedade, grupos, indivíduos e comunidades, porém de formas contraditórias. Ao mesmo tempo em que o laço social mantêm o local, cria relação com o global e, ao mesmo tempo em que o laço social cria identidade possibilita a abertura de outras formas de identificação.

Nas cooperativas de economia solidária os laços sociais mantêm os grupos, ou a Organização em comunhão, compartilhando os mesmos valores e mantendo o grupo em convivência reforçando a ideia de solidariedade. Entretanto, é necessário admitir as possibilidades de contradições que os laços sociais podem causar dentro das cooperativas de economia solidária. Pode-se entender a comunicação nas Organizações, logo nas cooperativas de economia solidária, como ecossistemas, sugerido por Morin (2002), no qual cada ser vivo (no âmago do seu sistema) é um emissor e um receptor. Uma rede de comunicações nesse ecossistema se tece a partir do emissor e do receptor e, de um em um, do próximo ao distante, as redes sobrepõem-se, recobrem-se, interferem uma nas outras, encontram-se, ramificam-se numa espécie de polirrede, que constitui, em suma, a teia, o tecido comunicacional da Organização. A comunicação pelos laços sociais se faz teia, pois, emana de todos os emissores para todos os receptores em sistemas diferentes e de forma circular. Mas, com isto não se quer dizer que exista uma rede unificada de comunicação, ao contrário, há imensos buracos e vazios comunicacionais que criam espaços para o surgimento de infinitas possibilidades



de interpretação. As contradições causadas pelas polirredes acontecem justamente pela capacidade que cada indivíduo tem de convergir ou divergir do que está em discussão nas relações de convivência com outro.

Os ecossistemas, neste caso as cooperativas de economia solidária, comportam inúmeras redes de comunicação entre os congêneres que dispõem, cada uma, de uma gama de signos, sinais ou linguagens entendidos entre os seres do mesmo sistema. Entretanto, a necessidade de um sistema se desenvolver, diante de um momento de intensa globalização, possibilita que um sistema compreenda a forma de comunicação de outro sistema. Sendo assim, a comunicação acontece por meio de solidariedade (mesmo sistema) ou de antagonismos (sistemas diferentes). É através dos antagonismos que sistemas não comunicantes se comunicam e que a informação supera obstáculos e barreiras e se dissemina entre diferentes sistemas. Sendo assim, não se pode compreender os processos de comunicação em uma cooperativa de economia solidária, considerando esta como uma Organização, sem levar em consideração a comunicação com outras Organizações, com a sociedade e dentro do próprio grupo. Mesmo que esta comunicação se efetive pelos laços sociais, pelo compartilhamento e pela convivência, é necessário admitir as diferenças de interpretações e reconstruções do que é comunicado nesta teia.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Pedro; CARRION, Rosinha. Situando a Economia Solidária no Campo dos Estudos Organizacionais. **Otra Economía** - Volumen III - Nº 4 - 1º semestre/ 2009, Buenos Aires, Argentina. ISSN 1851-4715 - [www.riless.org/otraeconomia](http://www.riless.org/otraeconomia)

ENRIQUEZ, Eugène. **A organização em análise**. Petrópolis, RJ: Vozes 1997.

FREITAS, Maria Ester. **Cultura organizacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

FRANÇA, Genauto e LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

LAPASSADE, Georges. **Grupos, organizações e instituições**. Rio de Janeiro: F Alves, 1989.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Até que ponto, de fato, no comunicamos?** São Paulo: Paulus, 2004.

\_\_\_\_\_. **Para entender a comunicação: contatos antecipados com a nova teoria**. São Paulo: Paulus, 2008.

MORIN, Edgar. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Petrópolis, 2000.



- \_\_\_\_\_. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.
- \_\_\_\_\_. **O método II: a vida da vida**. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- \_\_\_\_\_. **O Método III: o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- \_\_\_\_\_. **O Método IV: as ideias**. Porto Alegre: Sulina, 2008b.
- \_\_\_\_\_. **O Método V: a humanidade da humanidade**. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- \_\_\_\_\_. **O Método VI: ética**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

PERUZZO, Cicília. **A comunicação dos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1998.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. “Economia solidária: um modo de produção e distribuição”, in Paul Singer e André Ricardo de Souza (orgs.), **A economia solidária no Brasil**, São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **O que é economia**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

Sites

[www.caritas.pt/cr/noticias](http://www.caritas.pt/cr/noticias). Acesso em 14 dez 2010

<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/economia>. Acesso em 27 mar 2011

[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria\\_default.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_default.asp). Acesso em 17 nov. 2010.